

RADAR

Discordância na reserva de vagas da UFSM

A Reitoria da UFSM definiu a forma de implementar a política de ações afirmativas (reserva de vagas) na UFSM, que vem sendo estimulada pelo governo federal desde 2003, a partir da criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Os critérios estão estabelecidos no documento intitulado 'Projeto de Resolução Ações Afirmativas de Acesso à UFSM', de autoria das professoras convidadas pela Administração para elaborar a proposta, Deisy de Freitas Lima Ventura e Jânia Maria Lopes Saldanha, ambas vinculadas ao departamento de Direito (ver os critérios no quadro em destaque).

Entretanto, após a divulgação desse projeto, encaminhado aos departamentos às vésperas do recesso da UFSM, houve um certo desconforto, pois o prazo final para pronunciamento da comunidade acadêmica era o final de março, período em que todos ainda estariam em férias. Nas assembleias chamadas pela SEDUFISM para discutir a questão, a decisão dos participantes foi de solicitar prorrogação do prazo para o debate e, também, que a Reitoria



ADRIANA GARCIA

Assembleia abriu espaço para debater posições favoráveis e contrárias às cotas

promovesse um seminário acerca do tema. A proposição tirada na plenária docente foi rejeitada parcialmente pela Administração, conforme manifestado pelo pró-reitor de Graduação, Jorge Cunha (*conferir ainda nesta página o conteúdo da resposta*).

DISCORDÂNCIAS- Em assembleia, alguns professores manifestaram frontal discordância com o

projeto, como foi o caso do professor do departamento de Geociências, Adriano Figueiró. Para ele, a forma definida para a elaboração foi "antidemocrática". O argumento de Figueiró é referendado em parte pela comissão consultiva nomeada em setembro de 2006 pela Reitoria para fazer o acompanhamento da implementação das políticas de ações afirmativas na instituição, mas que

também só conheceu o projeto depois de pronto. Participam desse grupo os professores Carlos Alberto Pires, ex-presidente da SEDUFISM e vinculado ao departamento de Geociências e a professora Carmem Ribeiro Nassar, do departamento de Letras Estrangeiras.

Carmem Nassar, que também coordena o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) na Universidade Federal de Santa Maria diz que entre os que discutem a questão do negro na instituição há discordância quanto ao encaminhamento da discussão por parte da Reitoria. Um dos pontos é quanto aos percentuais estabelecidos dentro da reserva de vagas. Em virtude de que o prazo para modificações se esgotava no final de março, a idéia é voltar ao debate no âmbito dos conselhos superiores. (*Conheça mais sobre o NEAB na pág. 11*)

O debate estabelecido a partir do projeto da UFSM acabou estimulando a criação do Grupo de Trabalho (GT) de Etnia, Gênero e Classe, que já existe há bastante tempo no ANDES-SN. A primeira reunião do GT ocorreu na sede da SEDUFISM, no dia 20 de março.

Critérios no projeto da UFSM

* Disponibilizar pelo período de 10 anos, 20% das vagas dos processos seletivos para candidatos oriundos das escolas públicas em todos os cursos de graduação, cursos técnicos e ensino médio oferecidos pela Instituição (UFSM), suas extensões e Unipampa;

* Disponibilizar 5% das vagas dos processos seletivos da UFSM e suas extensões, bem como da Unipampa para estudantes portadores de necessidades especiais em todos os cursos de graduação, cursos técnicos e ensino médio oferecidos pela Instituição;

* Disponibilizar no período de 10 anos, 10% das vagas nos processos seletivos da UFSM e de suas extensões, bem como da Unipampa, para estudantes afro-descendentes;

* Disponibilizar anualmente vagas suplementares àquelas ofertadas no processo seletivo em cursos de graduação e cursos técnicos para serem disputadas exclusivamente por estudantes indígenas residentes no território nacional.

Implementação das cotas é para 2008

A idéia de prorrogar o prazo para a apresentação de contribuições ao projeto da reserva de vagas na UFSM foi descartada pelo pró-reitor de Graduação da instituição, professor Jorge Cunha. O motivo, segundo ele, é que a proposta precisa estar aprovada até o final do mês de junho, pois a intenção é implementar essa política de ações afirmativas já para o ano letivo de 2008. A única sugestão encaminhada pela assembleia da categoria e aceita pela Administração Central é a realização de um seminário que não tem data definida, pode ser em abril ou maio.

Acompanhe a seguir a resposta do professor Cunha, encaminhada à Seção Sindical via correspondência eletrônica:

RESPOSTA - "O prazo estabelecido para o encaminhamento de sugestões, propostas, etc. é o dia 31 de março do presente ano, para que possamos agregar todas as contribuições da comunidade acadêmica para serem apresentadas em um amplo seminário que pretendemos realizar em meados de abril ou maio. Esse evento servirá para tornar visíveis todas as posições da

comunidade sobre a política de ações afirmativas da UFSM. Depois, do evento, pretendemos elaborar o documento proposta definitivo - Projeto de Resolução Ações Afirmativas de Acesso à UFSM - para encaminhá-lo ao CEPE.

Considerando, que durante todo o ano de 2005 trabalhamos na proposta que foi encaminhada aos corpos da comunidade acadêmica da UFSM (através de duas comissões - uma executiva e outra consultiva), reunimos documentos e informações sobre as experiências em curso em outras universidades do Brasil, realizamos um seminário que contou com a participação de representantes de organizações do Movimento Negro, de Universidades, e do Ministério da Educação; e, ainda, que se quisermos efetivar uma Política de Ações Afirmativas a partir de 2008 precisamos decidir até o final do mês de junho desse ano (em razão das repercussões sobre o edital e organização do vestibular da UFSM de 2008!). Por isso não é possível atender a solicitação de modificação do prazo para a entrega de sugestões a PROGRAD, fixado em 31 de março de 2007".